IP2 – LANÇO TRANCOSO / CELORICO DA BEIRA / IP5 (Projecto Base),
LIGAÇÃO DO IP2 A VILA FRANCA DAS NAVES (Projecto Base),
LIGAÇÃO DO IP2 À EN 102 (Projecto de Execução) e
BENEFICIAÇÃO DA EN 102 (Projecto de Execução)

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Volume 2 – Relatório Síntese

Capítulo I – Introdução Geral

1 . OBJECTIVO E ÂMBITO DO ESTUDO

O presente documento constitui o ***Relatório Síntese*** do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projecto Base do troço do Itinerário Principal n.º 2 (IP2) que se desenvolve entre as proximidades de Trancoso e o nó com a Auto-estrada n.º 25 (A25), atravessando territórios dos concelhos de Trancoso e Celorico da Beira.

A Ligação de Vila Franca das Naves, também em Projecto Base, assim como a Ligação do IP2 à EN102 (Celorico – Gare) em fase de Projecto de Execução e um troço da EN 102 a beneficiar, fazem igualmente parte deste estudo.

O Projecto Base do IP2 e da Ligação a Vila Franca das Naves foi elaborado pela *INTECSA, Engenheiros Associados, S.A.*. O Projecto de Execução da Ligação do IP2 à EN102 (Celorico - Gare) e Beneficiação da EN102 até Celorico da Beira é da responsabilidade da *PLANVIA – Estudos e Projectos, Lda*.

A elaboração do Estudo de Impacte Ambiental está a cargo da *AGRI-PRO AMBIENTE Consultores, S.A.*, tendo decorrido no período entre Outubro de 2004 e Agosto de 2005. A equipa técnica do EIA é apresentada no início deste volume.

O EIA tem como objectivo a avaliação do projecto em termos dos seus efeitos no ambiente e na região atravessada, propondo as medidas consideradas necessárias para evitar ou atenuar os eventuais efeitos negativos e maximizar os efeitos positivos.

2 . ENQUADRAMENTO LEGAL DO ESTUDO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) foi desenvolvido nos termos da legislação em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, e a Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril, assim como todas as normas emanadas pelos departamentos de Estado responsáveis pelo ambiente.

O Decreto-Lei n.º 69/2000 aprova o regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE do Conselho, de 3 de Março de 1997. A Portaria n.º 330/2001 fixa as normas técnicas para a estrutura de Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do EIA e normas técnicas para a estrutura do EIA.

Foi ainda considerado o Caderno de Encargos da EP – Estradas de Portugal, E.P.E. relativamente ao projecto em avaliação.

Dado que o actual projecto diz respeito à *"construção de estradas destinadas ao tráfego motorizado, com duas faixas de rodagem, com separador, e pelo menos duas vias cada"*, este terá que ser sujeito a procedimento de AIA, por disposição do Anexo I, n.º 7, alínea b), do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio.

3 . METODOLOGIA GERAL DO ESTUDO

Apresenta-se seguidamente a metodologia geral adoptada no EIA, que envolveu as seguintes etapas:

a) Definição do âmbito do estudo (*"scoping"*);

b) Caracterização da situação actual do ambiente potencialmente afectado;

c) Determinação e avaliação dos impactes que o projecto a implementar irá provocar no ambiente;

d) Formulação de medidas de minimização e potenciação dos impactes ambientais identificados;

e) Descrição do programa de monitorização.

Os objectivos, actividades e métodos associados a estas etapas, bem como a descrição pormenorizada das metodologias específicas correspondentes aos diversos aspectos ambientais analisados (biofísicos, de qualidade do ambiente e humanos) são indicados nos pontos específicos.

Importa ainda referir que este Estudo envolveu o trabalho conjunto e integrado de uma equipa pluridisciplinar, sendo o documento final, agora apresentado, o resultado dessa integração.

A avaliação da viabilidade técnica, económica e ambiental das soluções preconizadas beneficiou da forte integração e estreito relacionamento existente entre os técnicos dos estudos ambientais e os do projecto rodoviário.

a) Definição do Âmbito do Estudo ("*scoping*")

Na fase inicial do EIA, de acordo com o procedimento normal em estudos de impacte ambiental, foi efectuada a definição do âmbito do estudo (*"scoping"*), onde se identificaram as áreas e aspectos ambientais mais sensíveis, essencialmente com base na análise de cartografia, num reconhecimento prévio do local e na análise dos estudos ambientais realizados para o troço em estudo.

Este reconhecimento foi realizado com carácter exaustivo ao longo de todos os corredores de intervenção, permitindo assim uma avaliação concreta da situação no terreno e análise de possíveis correcções.

b) Caracterização da Situação Actual do Ambiente

A caracterização da situação do ambiente envolvente foi fundamentada no levantamento, análise e interpretação de informações disponíveis relativamente aos aspectos biofísicos, de qualidade do ambiente e humanos. Na generalidade, as informações foram obtidas através de pesquisa bibliográfica (incluindo a cartografia), levantamentos de campo e contactos com entidades locais e regionais e estudos ambientais anteriormente realizados.

O objectivo principal desta etapa foi estabelecer um quadro de referência das condições ambientais da zona, com particular relevo para a análise e descrição do local intersectado, de modo a fornecer um diagnóstico do estado do ambiente de forma dirigida e interpretativa dos factores e da área afectada pelo traçado.

c) Determinação e Avaliação dos Impactes Ambientais

A avaliação de impactes visa a identificação dos principais impactes ambientais associados ao traçado e a proposta de medidas minimizadoras dos impactes negativos, bem como ainda potenciar os principais impactes positivos nas fases de construção e de exploração da via.

Na análise de impactes foram determinados, sempre que possível, de modo quantitativo e qualitativo, os efeitos mais significativos no ambiente associados ao traçado, tanto na fase de construção como de exploração.

A avaliação dos impactes envolveu a elaboração de cenários de desenvolvimento com a implementação do projecto, quando comparados com a situação de referência sem empreendimento.

A evolução futura das condições ambientais e os impactes foram analisados segundo um horizonte temporal limitado pelo ano 2029.

Dados os potenciais impactes relacionados com a implantação de áreas de estaleiros e depósito de materiais, o estudo apresenta algumas condicionantes ambientais, no sentido de apoiar a selecção destes locais.

d) Formulação de Medidas de Minimização

Os impactes considerados significativos foram alvo de análise visando a definição de mecanismos e/ou acções que possam ser implementados para evitar, reduzir ou compensar os seus efeitos negativos ou que permitam potenciar, valorizar ou reforçar os aspectos positivos da nova via, maximizando os seus benefícios.

e) Programa de Monitorização

Em função dos impactes potenciais identificados foi proposto um Programa de Monitorização adequado à avaliação da evolução do projecto.

4 . ESTRUTURA DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

O Estudo de Impacte Ambiental do IP2 – Lanço Trancoso – Celorico da Beira – IP5 e Ligações em estudo é composto por três volumes, correspondendo:

- o **primeiro volume** ao Resumo Não Técnico que sintetiza e traduz, em linguagem não técnica o conteúdo do EIA;

- o **segundo volume** ao Relatório Síntese, subdividido nos seguintes capítulos:

  - Capítulo I corresponde à Introdução Geral, onde se onde se identifica o projecto e se definem os objectivos do EIA e o seu enquadramento legal, apresentando-se ainda a metodologia geral e a estrutura do estudo;

- Capítulo II corresponde à Definição do Projecto, onde se apresenta o empreendimento e a entidade promotora e se faz a justificação do projecto;

- Capítulo III corresponde à Descrição do Projecto, onde se descreve o traçado e as suas características técnicas;

- Capítulo IV corresponde à Caracterização da Situação Actual do Ambiente nas suas várias componentes (factores físicos, factores ecológicos, factores de qualidade do ambiente e factores humanos e de ordenamento);

- Capítulo V corresponde à Identificação e Avaliação de Impactes e Respectivas Recomendações e Medidas para minimização dos impactes negativos e potenciação dos impactes positivos;

- Capítulo VI onde se apresenta a Avaliação Global de Impactes e Principais Medidas, as Lacunas de Conhecimento e as Conclusões do EIA;

- o **terceiro volume** aos Anexos Técnicos do Estudo.